



CURRÍCULOS *PENSADOS* *PRATICADOS* E A POLÍTICA DE DESINVISIBILIZAR: AS PRÁTICAS DA GENTE NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE PINDAMONHANGABA-SP*

Júlio César Augusto do Valle ¹

Luciana de Oliveira Ferreira ²

RESUMO

Este texto foi redigido com o propósito de compartilhar o que tem sido produzido no contexto das políticas curriculares da rede municipal de Pindamonhangaba, no interior de São Paulo. Valendo-nos do referencial teórico-metodológico da Sociologia das Ausências de Boaventura Sousa Santos e das contribuições ao campo do currículo de Inês Barbosa de Oliveira, registramos e estudamos a trajetória da construção coletiva das Práticas da Gente, mobilizadas de diferentes e complementares formas pela Secretaria Municipal de Educação do referido município. Destacamos como tais possibilidades de *pensar-fazer* os currículos têm contribuído especialmente no contexto da pandemia do novo coronavírus. Durante o percurso de efetivação dessas políticas, identificam-se como resultados parciais seus princípios e elementos estruturantes que as têm tornado capazes de reconhecer e incorporar a autonomia e a responsabilidade docentes implicadas na construção curricular cotidiana.

Palavras-chave: Política curricular. Currículo. Proposta curricular. SME Pinda.

INTRODUÇÃO

Em “A crítica da razão indolente”, o sociólogo português Boaventura Sousa Santos (2002) argumenta que o exercício de uma certa razão indolente, preguiçosa, cuja natureza está discutida na obra, nos tem nos conduzido sistematicamente, em diferentes áreas, ao desperdício da experiência. No contexto dessa razão indolente, que desperdiça a experiência, Santos (2020, p. 28) argumentará “que muito do que não existe em nossa realidade é produzido ativamente como não existente, e por isso a armadilha maior para nós é reduzir a realidade ao que existe”. Isso significa que somos levados ativamente e sistematicamente a perceber como frágil, inconsistente, ineficaz ou mesmo

1 Doutor em Educação e Professor da Universidade de São Paulo (USP), julio.valle@ime.usp.br;

2 Mestranda em Projetos Educacionais de Ciências pela Universidade de São Paulo (USP), lucianaferreira@usp.br

* Este texto consiste em um desdobramento direto e aprofundado do trabalho apresentado pelos autores (VALLE & FERREIRA, 2019) no XII Simpósio do Laboratório de Gestão Educacional (SIMPLAGE) na Universidade de Campinas.



ausente/inexistente certos procedimentos, costumes, *pensaresfazeres*, indivíduos, comunidades, culturas, epistemologias.

Em oposição à razão indolente, essa “racionalidade preguiçosa, que realmente produz como ausente muita realidade que poderia estar presente” (SANTOS, 2007, p. 20), dedicamo-nos à crítica do modo como as políticas curriculares oficiais têm sistematicamente invisibilizado, construindo como ausentes, os currículos *pensadospraticados* (OLIVEIRA, 2012), propostas curriculares que lograram êxito respeitando a autonomia docente e das escolas, as práticas cotidianas emancipatórias (OLIVEIRA, 2012), os inéditos-viáveis (FREIRE, 2012), tão necessários à emancipação. Utilizamos, inclusive, a expressão currículos *pensadospraticados*, remetendo-nos aos trabalhos de Oliveira (2013, pp. 3-4):

A expressão currículos *pensadospraticados* foi recentemente criada com o objetivo de deixar clara a indissociabilidade que entendemos existir entre prática e teoria, entre reflexão e ação. Assim, substituímos o termo currículos praticados, anteriormente utilizado, por esse. Isso porque entendemos que existe, no cotidiano das escolas, uma criação cotidiana de currículos pelos professores e alunos nas salas de aula, gerada a partir do diálogo entre referenciais e reflexões teóricas, possibilidades e limites concretos de cada circunstância e da articulação entre as múltiplas redes de sujeitos e de conhecimentos presentes nas escolas. (OLIVEIRA, 2013, pp. 3-4)

Na esteira do que a autora vem discutindo situamos esta contribuição, como resultado das pesquisas e políticas construídas sob a perspectiva de reconhecer, registrar, tornar públicos os currículos *pensadospraticados* da rede municipal de ensino de Pindamonhangaba (SP), no Vale do Paraíba (VALLE & FERREIRA, 2017; 2019). Este trabalho constitui, assim, um enredamento aos trabalhos anteriores dedicados a discutir a construção de políticas públicas que, no âmbito do currículo, tenham como objetivo desinvisibilizar práticas emancipatórias, exitosas, em curso, ao invés de prescrever-lhes outras, *vindas de fora*.

METODOLOGIA

Alinhando-nos ao posicionamento das pesquisadoras mencionadas, cujas obras dialogam com Boaventura Sousa Santos e Paulo Freire, valemo-nos da Sociologia das Ausências e das Emergências (SANTOS, 2002; 2007; 2020) como parte de nosso referencial teórico-metodológico que nos inclina a reconhecer, registrar, compartilhar e acompanhar práticas sociais de caráter emancipatório.



Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa, em curso, cujo objetivo tem sido produzir sistematicamente registros e estudos sobre práticas comumente invisibilizadas ou negligenciadas pelas políticas curriculares de caráter prescritivo. Esse procedimento corresponde, metodologicamente, ao processo de desinvisibilizar práticas sistematicamente invisibilizadas, produzidas ativamente como inexistentes ou ausentes, como formulado por Inês Barbosa de Oliveira (2012; 2013).

Práticas emancipatórias já em curso sistematicamente produzidas como ausentes, precárias, contingentes, impuras, todas desperdiçadas por nossa racionalidade indolente incapaz de reconhecê-las como práticas capazes de nos informar sobre possibilidades e limites, tensões e potencialidades, obstáculos e caminhos da própria prática. A preocupação de Oliveira, nesse sentido, nos remete à Sociologia das Ausências (SANTOS, 2020) na medida em que nos ajuda a perceber que “boa parte de nossas propostas curriculares tem sido incapaz de incorporar essas experiências, pretendendo pairar acima da atividade prática dos sujeitos que constituem a escola” (ALVES et al, 2002, p. 41).

Para que seja possível incorporar essas experiências, sem as quais não se efetiva qualquer compromisso de reflexão sobre a prática, Oliveira (2013) argumenta sobre a necessidade de que sejamos capazes, primeiro, de desinvisibilizá-las para que possamos estabelecer com elas, inclusive, relações mais respeitadas. Desinvisibilizá-las, como propõe Oliveira (2012), corresponde à postura político-epistemológica assumida, neste trabalho, de intelectuais “de retaguarda”, qual seja, o dever de “estar atentos às necessidades e às aspirações dos cidadãos comuns e saber partir delas para teorizar” (SANTOS, 2020, p. 14). Trata-se, em síntese, de uma postura teórico-metodológica que nos inclina a reconhecer, registrar, compartilhar e acompanhar práticas *reais*, em curso, emancipatórias, para que seja possível considerá-las – e os *saberes-fazer* enredados nelas – como repertório que não pode ser negligenciado, ignorado e descuidado pelas políticas curriculares.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

A problemática, conforme mencionamos, para Boaventura Sousa Santos (2002; 2007), não está somente no desperdício de múltiplas e diversas experiências, mas também no fato de que tais experiências, em distintos campos de práticas sociais, são



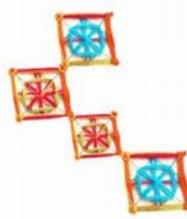
produzidas ativamente como inexistentes, desimportantes, irrelevantes e ausentes. Ao conjunto de maneiras como são produzidas essas ausências por nossa razão indolente, preguiçosa, Santos (2007, p. 28) dá o nome de Sociologia das Ausências, responsável por “tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não existente, como uma alternativa não crível, como uma alternativa descartável, invisível à realidade hegemônica do mundo”.

Cinco formas de monocultura – do saber e do rigor, do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escala dominante e do produtivismo capitalista – se articulam para invisibilizar sistematicamente experiências já em curso e tudo que nelas há de emancipatório, desperdiçando-as. Sob essa perspectiva, Oliveira (2012, p. 12), assume a importância do “desenvolvimento cotidiano de práticas participativas e solidárias em todos os espaços estruturais nos quais estamos inseridos, bem como a busca de ampliação de sua institucionalidade, assumem, nesse sentido, importância capital na tessitura da emancipação social”. Não se pode, afinal, conceber as propostas curriculares como espaço para prescrever mudanças a uma prática que se desconhece!

Argumentamos, aliás, subsidiados pela concepção de que “uma prática curricular consistente somente pode ser encontrada no saber dos sujeitos praticantes do currículo”, como sublinham Alves et al (2002, p. 41) Mais do que isso, importa-nos reconhecer o que já vem sendo *pensadopracicado* pelos legítimos praticantes do currículo para que, estabelecendo um diálogo respeitoso com seus currículos *pensadospraticados*, possamos compreender, inclusive, possibilidades e alternativas para com eles interagirmos.

Para a autora, essa assunção se enreda à necessidade de desinvisibilizar práticas desenvolvidas nessa perspectiva, já em curso. Isto é, Oliveira (2012, p. 13) propõe-nos o não-desperdício das experiências e do que nelas pode haver de emancipatório por compreender que “as práticas pedagógicas desenvolvidas nessa perspectiva, pela importância que possuem na formação das subjetividades daqueles que delas participam, aparecem, portanto, como fundamentais nessa compreensão”.

Acrescentamos, ainda, ideias inspiradas na política curricular freireana, construída de 1989 a 1989, como também discutimos em trabalhos anteriores (VALLE & SANTOS, 2018; VALLE, 2020). “Dizia Paulo Freire”, como relata Saul em entrevista a Valle (2019, p. 266), “que nas práticas dos professores tem teorias embutidas”, ideia também veiculada pelas autoras citadas anteriormente. Para Saul, “a



prática não é só um praticismo, toda prática tem uma teoria, então os grupos de formação eram grupos para desembutir as teorias existentes”.

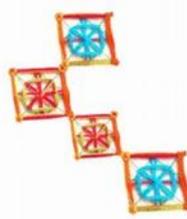
Com efeito, desembutir as teorias existentes, como ato de respeito ao professor como sujeito de saber, nos remete ao conceito, cada vez mais mobilizado no âmbito da pesquisa e da política, de desinvisibilizar – como o utilizam Oliveira e Sá (2018) – no sentido de, reconhecendo o professor como praticante do currículo, identificar aquilo que já é realizado para, a partir disso, conceber o que pode ser sua prática. Trata-se, na verdade, do cerne da concepção de educação freireana, que também está evidente na entrevista concedida por Mário Sérgio Cortella a Valle (2019, p. 305):

É muito importante que se entenda o quanto que não se pode colocar numa postura secundária o conhecimento que o professor detém, mas também não se pode supor de modo romanticamente tolo, que ele tem todo o conhecimento.

Como argumentamos, antes, desinvisibilizar as práticas, como mencionamos, converge para o que Freire sinaliza como um dos sinônimos que lhe deram para o conceito de inédito viável. Conforme nos conta em sua *Pedagogia do Oprimido*, o conceito de inédito viável de Freire teria sido chamado de “soluções praticáveis despercebidas”, que, segundo nossa leitura, se traduz como uma expressão significativa e elucidativa do motivo pelo qual se apostou na desinvisibilização das práticas (VALLE & FERREIRA, 2017).

Orientados por essa perspectiva, compartilhamos o que nos tem informado a pesquisa sobre as políticas curriculares no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Pindamonhangaba, no Vale do Paraíba, em São Paulo, de 2017 a 2020. O motivo da escolha consiste especialmente no fato de que a SME adotou como princípio da política curricular a necessária desinvisibilização das práticas pedagógicas já em curso, identificando muitas e muito diferentes práticas emancipatórias já em curso. Neste trabalho, apresentamos um recorte dos resultados obtidos até então, que nos possibilita também refletir já sobre experiências em curso durante a pandemia e seu consequente isolamento social, que implicou a suspensão das atividades presenciais também nas escolas municipais pindamonhangabenses.

RESULTADOS E DISCUSSÃO



Os resultados dos estudos que temos construído começaram a ser sistematizados a partir do Seminário Currículo em Movimento, realizado em 2019 pela Secretaria Municipal de Educação de Pindamonhangaba, de que participaram como palestrantes, além dos autores deste trabalho, as professoras Deise Nancy de Moraes, que lecionou durante alguns anos nesta rede municipal de ensino antes de se tornar professora da Universidade de Taubaté (UNITAU) e Inês Barbosa de Oliveira (UERJ/UNESA), ex-presidenta da Associação Brasileira de Currículo (AbdC), cuja orientação e supervisão foram significativamente incorporadas na proposta curricular.temos acompanhado.

O Seminário se iniciou com a seguinte provocação lançada à rede municipal:

A grande maioria de nós já recebeu currículos novos para serem implementados em nossas escolas. Invariavelmente, esses documentos fazem uma análise da situação da educação, demonstrando a gravidade do problema e concluindo que se torna urgente uma ação no sentido de melhorar as condições existentes. Essa ação se iniciaria pela proposição de um “novo currículo”. (ALVES et al, 2002, p. 34)

Este excerto nos remete a um aspecto bastante presente e, ao mesmo tempo, parcamente discutido nas rodas de conversa de professores, especialmente durante momentos dedicados a isso, como nos horários de trabalho pedagógico coletivo e que emergiram no decorrer do Seminário (VALLE & FERREIRA, 2017). Adiante, suas autoras afirmam que “algumas vezes, estamos conscientes de que não seguimos o currículo proposto, porque sabemos que a experiência que já vínhamos desenvolvendo estava alcançando bons resultados”, ao passo que “em outras, nem percebemos que modificamos o currículo proposto, que damos a ele o nosso colorido, que o fazemos existir a partir de nossas experiências vividas” (p. 35).

Desde o início dos debates acerca da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC (BRASIL, 2017), vivenciamos, talvez mais acirradamente, o contexto descrito brevemente pelas autoras acima citadas. Torna-se, então, não somente relevante, mas também urgente, efetivar outros caminhos para se construir propostas curriculares, dado que, a partir da instituição da Base, municípios e estados têm prazo para publicação de suas propostas curriculares

Conforme registramos anteriormente (VALLE & FERREIRA, 2017), duas iniciativas se complementaram desde o início do processo de debate e formação sobre o currículo: a constituição dos Seminários Práticas da Gente, como momentos em que os professores e as professoras da rede municipal registram e compartilham suas práticas – que vão desde o trabalho com as obras de Tarsila do Amaral na Educação Infantil até a



efetivação de grêmios estudantis com alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Estreitamente relacionada aos seminários, a prática do registro e do compartilhamento das práticas e do trabalho pedagógico realizado em uma plataforma digital própria para isso, configurando o que foi denominado por algumas professoras, que tiveram sua sugestão acolhida, como Saberes em Rede. Uma plataforma digital, *online*, em que os professores e as professoras têm acesso integral uns às práticas dos outros, podendo compartilhar, comentar e refletir sobre quais têm sido seus êxitos e pontos de melhoramento.



Figura 1 – Professor Jeferson Leite compartilha o registro de como estimulou e tem conduzido a formação de grêmios estudantis

Durante os Seminários – intitulados “Práticas da Gente” para estimular tanto a apropriação como a circulação dos saberes-fazeres que os professores e as professoras, praticantes do currículo, aprendem ao praticá-lo –, observamos um ganho significativo de autonomia e de segurança denotadas pela maneira como passam a apresentar e discutir seus trabalhos (VALLE & FERREIRA, 2017).



Figura 2 – Professoras da Educação Infantil Hellen Mattoso e Mônica Araújo compartilham suas práticas lúdicas, de contação de histórias e de criação artística.



Diante, contudo, do contexto gerado pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19) e das implicações diretas para a educação, especialmente pública no Brasil, desde Março deste ano, as ações mobilizadas no âmbito da proposta curricular de desinvisibilizar os currículos *pensadospraticados* na rede municipal precisaram ser repensadas. Assim, como argumentamos em favor da política de desinvisibilizar soluções praticáveis, compartilhamos abaixo algumas das datas e ações mobilizadas no novo e desafiador contexto de isolamento e distanciamento social.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados apresentados pela Diretora de Ação Educativa da SME-Pinda Elaine Prolungatti

Após a reorganização das atividades, efetivou-se no calendário da rede municipal os Webinários Práticas da Gente, cuja proposta consiste em – resgatando o que já se experimentava nos Seminários Práticas da Gente – proporcionar espaços necessários para que as professoras e os professores da rede municipal permaneçam engajados no processo de desinvisibilizar suas práticas, torná-las públicas, compartilhá-las, torná-las assuntos dos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC), pensar sobre o que já se faz como recurso ao aprimoramento da própria prática.

Apresentamos abaixo um quadro que sintetiza algumas informações que consideramos relevantes para compartilhar em termos do que tem sido possível propor, como política pública curricular inspirada em desinvisibilizar os currículos *pensadospraticados* (OLIVEIRA, 2012; 2013; ALVES et al, 2002), invertendo o vetor da política curricular, conforme discutido antes (VALLE & SANTOS, 2018; VALLE,



2019). Observamos, ainda, que as atividades descritas a seguir estão compreendidas no período que vai até 31 de Julho de 2020, dado que a partir dessa data foi estabelecido o recesso das atividades na rede municipal de ensino para conclusão do primeiro semestre letivo.

Título da atividade e data	Imagem de divulgação da atividade	Tema	Visualizações, até 20 de Agosto de 2020, e link
1º Webinário Práticas da Gente 02 de Julho		Inaugurando a série de webinários que se seguiriam, o primeiro foi dedicado aos caminhos e às alternativas encontradas pelas professoras para se manter em contato com seus alunos, alunas e familiares.	1006 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=8g_6DQPjbRU
2º Webinário Práticas da Gente 09 de Julho		Práticas em curso que tem obtido êxito no Atendimento Educacional Especializado (AEE), mediado, virtual, adaptado e inclusivo.	515 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=sQ7q8XpouS4
HTPC da Educação Infantil 20 de Julho		Professoras da Educação Infantil propuseram, na perspectiva das Práticas da Gente, o HTPC próprio do segmento, com práticas de criação de conteúdo e acolhimento para a pequena infância.	1193 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=zKGiAoFOubY
3º Webinário Práticas da Gente 22 de Julho		Práticas de êxito no campo da Educação Especial e Inclusiva, durante a quarentena, realizadas pelas profissionais dos Núcleos de Apoio Psicopedagógico (NAP) da rede municipal.	819 visualizações https://www.youtube.com/watch?v=XHOKeGCrJF4&t=3215s

Fonte: Elaboração própria dos autores.

Resgatamos, em especial, a afirmação feita pela professora Elaine de Abreu Prolungatti, atualmente Diretora do Departamento de Ação Educativa da SME-Pinda, ao final do 2º Webinário: “Espero que tudo aquilo que foi compartilhado aqui (...) vire práticas da gente, de todos os professores, porque é possível isso acontecer em sala de aula, porque é possível, sim, que a inclusão aconteça em todos os espaços”. Trata-se, sob a nossa perspectiva, do efetivo propósito de compartilhar práticas da gente, os tais currículos *pensadospraticados* que tem sido possível desinvisibilizar e tornar públicos



por meio dos Webinários, que dão continuidade ao trabalho que vinha sendo realizado presencialmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como temos afirmado (VALLE & FERREIRA, 2017; 2019), a proposta curricular inspirada pela necessidade de desinvisibilizar os currículos *pensadospraticados* tem se mostrado como caminho para estabelecer com tais práticas, antes profissionais, uma relação de profundo respeito. Essa postura teórico-metodológica – que é também político-epistemológica – “inverte aquela quase sempre adotada para analisar as escolas e seus sujeitos (alunos/ alunas, professores/professoras, servidores diversos), a qual vê o *cotidiano escolar* como lugar de incompetência, de repetição, de falta de conhecimento” (ALVES et al, 2002, p. 17). Buscamos, ao invés disso, “a esperança, a vontade de fazer, a criação de possibilidades, a busca de alternativas, a discussão, a memória de tantas propostas feitas e desfeitas, a crença na utopia”.

Destacamos como indispensáveis, acompanhando esse processo em curso:

- Estabelecer parcerias escola-rede-universidade capazes de se debruçar sobre tais currículos, *pensadospraticados*, e agir sobre eles, fazendo emergir o que pretendia Paulo Freire (2012) com seu movimento dialético e dialógico de ação-reflexão-ação;
- A necessidade de politizar o debate sobre o currículo e, em especial, problematizar a possibilidade de aquiescermos diante de prescrições curriculares, centralizadoras e antidemocráticas, que ignorem o que vêm pensando praticando professoras e professores da Educação Básica;
- A assunção de que as escolas já possuem currículos *pensadospraticados* em curso, com possíveis e potenciais elementos emancipatórios. Negá-los a possibilidade de serem reconhecidos, discutidos, tornados públicos, contribui para que sejam sistematicamente invisibilizados e negligenciados, fazendo com que as propostas curriculares permaneçam pairando acima da realidade cotidiana que insistentemente ignoram;
- Inserir de modo qualificado a perspectiva de cada comunidade escolar sobre as práticas pedagógicas, evidenciando o sentido público da escola pública. Nos



Webinários tem se observado a entusiasmada participação de mães, pais e outros responsáveis pelas alunas e pelos alunos, que enviam relatos em vídeo e em áudio compartilhando sua avaliação dos trabalhos que vêm sendo realizados;

Estruturar a política pública de currículo a partir do conceito de desinvisibilização das práticas, compartilhadas em momentos e espaços apropriados pelos professores e professoras aos seus pares, tem se revelado como um caminho profícuo de estímulo à participação docente, promovendo sua autonomia por meio da inversão do vetor curricular tradicionalmente praticado.

AGRADECIMENTOS

À rede municipal de ensino de Pindamonhangaba por nos acolher.

REFERÊNCIAS

ALVES, N.; MACEDO, E.; MANHÃES, L. C.; OLIVEIRA, I. B. **Criar currículo no cotidiano**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>>. Último acesso em 03 Ago. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

OLIVEIRA, I. B. Contribuições de Boaventura de Sousa Santos para a reflexão curricular: princípios emancipatórios e currículos *pensadospraticados*. **Revista e-curriculum**, v.8 n.2, p. 1-22, 2012.

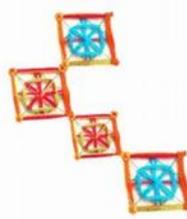
_____. **O currículo como criação cotidiana**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

OLIVEIRA, I. B.; SÁ, L. C. Princípios da Pedagogia do Oprimido na pesquisa nos/dos/ com os cotidianos: narrativas docentes e dialogia na identificação e promoção de práticas pedagógicas emancipatórias. **Revista e-curriculum**, v. 16, n. 3, p. 1268-1287, 2018.

SANTOS, B. S. **Para um novo senso comum**: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.



VALLE, J. C. A. **Inversão do vetor nas políticas curriculares:** o Movimento de Reorientação Curricular de Freire em São Paulo (1989-1992). 2019. 326f. (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

VALLE, J. C. A.; FERREIRA, L. O. . O território em sua dimensão organizativa do trabalho pedagógico e da política pública de educação. In: XI Simpósio do Laboratório de Gestão Educacional, 2017, Campinas. **Anais do XI Simplage**, v. 1., p. 29-35, 2017. _____ . Políticas de desinvisibilizar o currículo praticado: um relato das 'Práticas da Gente'. In: XII Simpósio do Laboratório de Gestão Educacional (SIMPLAGE), 2019, Campinas. **Anais do XII SimplAGE**, 2019.

VALLE, J. C. A.; SANTOS, V. M. Inverter o vetor do currículo: o Movimento de Reorientação Curricular de Freire no centro do debate. **Revista e-curriculum**, v. 16, n. 4, p. 1207-1233, 2018.